

Publicação da Secretaria de Política Agrícola
do Ministério da Agricultura e Pecuária,
editada pela Embrapa

e-ISSN 2317-224X
ISSN 1413-4969
Página da revista: www.embrapa.br/rpa

Carta da Agricultura

Os novos desafios da política agrícola

Financiamento com sustentabilidade

A política agrícola brasileira foi construída para enfrentar um desafio histórico: ampliar a produção de alimentos, fibras e energia em um país de dimensões continentais. Ao longo de décadas, o Brasil desenvolveu instrumentos institucionais robustos – crédito rural, pesquisa agropecuária, assistência técnica e políticas de apoio à produção – que sustentaram uma transformação profunda no sistema produtivo rural (Alves, 2019).

Os resultados desse processo são amplamente conhecidos. O País tornou-se uma potência agropecuária global, líder em diversas cadeias produtivas e responsável por parcela crescente do comércio internacional de alimentos. A agricultura tropical desenvolvida no Brasil passou a ser referência mundial em produtividade e adaptação tecnológica. O desafio contemporâneo, entretanto, já não é apenas produzir mais. A questão central passa a ser como financiar a continuidade dessa expansão produtiva em bases ambientalmente sustentáveis, preservando competitividade, acesso a mercados e estabilidade econômica para o produtor rural (Silveira, 2026).

Essa mudança não decorre apenas de pressões ambientais. Ela reflete transformações profundas no funcionamento dos mercados agrícolas e no sistema financeiro internacional. Investidores institucionais, bancos multilaterais, fundos climáticos e grandes cadeias agroalimentares passaram a incorporar critérios ambientais e climáticos em suas decisões de financiamento e investimento (Cunha & Fornazier, 2025).

Nesse novo cenário, a sustentabilidade deixou de ser apenas um tema regulatório ou reputacional. Ela passou a ser uma variável econômica relevante para o acesso a capital, mercados e oportunidades de investimento no sistema agroalimentar global. Para o Brasil, essa transformação

Luis Eduardo Pacifici Rangel 
Ministério da Agricultura e Pecuária,
Brasília, DF, Brasil
E-mail: luiseduardorangel76@gmail.com
 Autor correspondente

Rafael Severo 
Ministério da Agricultura e Pecuária,
Brasília, DF, Brasil
E-mail: rafael.severo@agro.gov.br

Jorge Caetano Júnior 
Ministério da Agricultura e Pecuária,
Brasília, DF, Brasil
E-mail: jorge.caetano@agro.gov.br

Recebido
7/4/2026

Aceito
10/4/2026

Como citar
RANGEL, L.E.P.; SEVERO, R.; CAETANO JÚNIOR, J. Os novos desafios da política agrícola: financiamento com sustentabilidade. *Revista de Política Agrícola*, v.35, e02064, 2026. DOI: <https://doi.org/10.35977/2317-224X.rpa2026.v35.02064>.

representa simultaneamente um desafio e uma oportunidade estratégica. O País enfrenta exigências crescentes por rastreabilidade ambiental e transparência na produção, mas também desperta interesse crescente de investidores que buscam financiar a agricultura sustentável em larga escala (Palhão et al., 2026).

Poucos países combinam, ao mesmo tempo, três características estruturais importantes: uma agricultura altamente tecnificada, uma legislação ambiental abrangente aplicada ao meio rural e uma base institucional capaz de produzir dados confiáveis sobre uso da terra, produção e indicadores ambientais. Instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e o Banco Central do Brasil (BCB) produzem informações detalhadas sobre dinâmica territorial, crédito rural, produtividade e práticas agrícolas. Esse conjunto de dados constitui uma base sólida para políticas públicas que integrem produção, sustentabilidade e financiamento.

O desafio, no entanto, não está na ausência de dados ou de instrumentos de política. O principal obstáculo reside na integração dessas informações e políticas em uma arquitetura capaz de mobilizar investimentos em escala. Grande parte dos instrumentos vigentes foi construída em momentos distintos e com lógicas institucionais diferentes. Crédito rural, programas ambientais, instrumentos territoriais e iniciativas de financiamento climático evoluíram de forma paralela, muitas vezes sem coordenação estratégica entre si.

Essa fragmentação limita a capacidade do País de transformar sua base de dados e suas políticas públicas em sinais claros para investidores e instituições financeiras. Sem integração institucional, oportunidades de investimento permanecem dispersas e difíceis de estruturar. É nesse contexto que surge a iniciativa Raiz – Resilient Agriculture Investment for Net-Zero Land Degradation, concebida como uma plataforma de articulação entre política agrícola, sustentabilidade e financiamento (FAO, 2026).

O Raiz parte de uma premissa direta: o Brasil já possui instrumentos relevantes de política agrícola e ambiental. O que falta é uma arquitetura institucional capaz de conectá-los e transformá-los em uma agenda estruturada de mobilização de investimentos. Inspirado na experiência do Caminho Verde Brasil (Brasil, 2026a), o Raiz busca aproximar

governos, instituições financeiras e parceiros técnicos para estruturar mecanismos de financiamento voltados à restauração produtiva de terras agrícolas degradadas e à intensificação sustentável da produção (Brasil, 2026b).

Essa abordagem dialoga diretamente com uma tendência crescente no financiamento climático internacional: o uso de estruturas de *blended finance*, nas quais recursos públicos, privados e multilaterais são combinados para reduzir riscos e ampliar a escala de investimentos. Ao atuar nessa interface entre política pública e mercado financeiro, o Raiz procura transformar dados territoriais, indicadores ambientais e programas agrícolas vigentes em informações úteis para decisões de investimento.

Mais do que criar novos programas, a iniciativa busca integrar instrumentos já disponíveis, ampliando sua escala e sua capacidade de atrair capital privado e financiamento internacional. Essa integração institucional é particularmente relevante porque a agenda da sustentabilidade opera hoje em três dimensões. A política agrícola busca ampliar produtividade e eficiência do gasto público; a agenda ambiental prioriza resultados mensuráveis e cumprimento de compromissos climáticos; e o sistema financeiro concentra-se na gestão de risco e previsibilidade institucional.

O Raiz foi concebido justamente para funcionar como uma plataforma capaz de dialogar simultaneamente com essas três dimensões. Ao organizar informações territoriais, identificar oportunidades de investimento e estruturar mecanismos de cofinanciamento, a iniciativa busca reduzir riscos associados a projetos de restauração produtiva e intensificação sustentável da agricultura. Essa redução de risco é essencial para ampliar o interesse de investidores privados em financiar projetos agroambientais em larga escala.

Outro aspecto relevante é o potencial do Raiz para fortalecer a posição internacional do Brasil na agenda de agricultura sustentável. Ao demonstrar capacidade institucional de estruturar projetos e monitorar resultados ambientais, o País amplia sua credibilidade perante fundos climáticos e bancos multilaterais. Essa credibilidade é um ativo estratégico em um contexto de crescente competição internacional por recursos destinados à transição para economias de baixo carbono e sistemas alimentares mais resilientes.

Ao mesmo tempo, o Raiz foi concebido para operar em complementariedade com políticas vigentes. A iniciativa dialoga diretamente com programas como o Plano ABC+, com instrumentos de crédito rural e com iniciativas de recuperação produtiva de áreas degradadas. Seu papel é funcionar como um acelerador institucional, capaz de ampliar a escala dessas políticas e reduzir a fragmentação entre instrumentos públicos e privados de financiamento da sustentabilidade.

Esse tipo de integração será cada vez mais importante em um cenário de restrição fiscal. A expansão da política agrícola nas próximas décadas dificilmente poderá depender exclusivamente de recursos orçamentários. Será necessário mobilizar volumes crescentes de capital privado, fundos internacionais e instrumentos financeiros inovadores para sustentar investimentos em produtividade e sustentabilidade.

Nesse contexto, a sustentabilidade pode deixar de ser vista como um custo adicional e passar a ser compreendida como uma alavanca para mobilização de investimentos no setor agropecuário. A agricultura brasileira demonstrou, ao longo de décadas, capacidade de superar desafios estruturais por meio de inovação institucional e tecnológica. O momento atual exige um esforço semelhante, agora voltado para a construção de uma nova arquitetura de financiamento.

Produzir mais continuará sendo essencial. Mas produzir com sustentabilidade, acesso a capital e credibilidade internacional tende a se tornar o verdadeiro diferencial competitivo da agropecuária brasileira nas próximas décadas.

Referências

- ALVES, E. Os dilemas da política agrícola brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.26, p.1-22, 2019.
- BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Caminho Verde Brasil**. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/campanhas/caminho-verde>>. Acesso em: 8 abr. 2026a.
- BRASIL. Tesouro Nacional. **Fomento ao investimento**. [Brasília], 2026b. Disponível em: <<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/fomento-ao-investimento>>. Acesso em: 6 abr. 2026.
- CUNHA, A.P.; FORNAZIER, A. O papel das políticas públicas de crédito rural no desenvolvimento sustentável do campo: uma revisão de literatura. **Revista Caderno Pedagógico**, v.22, p.1-23, 2025. DOI: <https://doi.org/10.54033/cadpedv22n4-175>.
- FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **RAIZ: Resilient Agriculture Investment for Net Zero Land Degradation**. Disponível em: <<https://www.fao.org/food-agriculture-sustainable-transformation-partnership/flagship-programmes/raiz/en>>. Acesso em: 6 abr. 2026.
- PALHÃO, J.P.; IKEDA, W.E.; FORTE, D. Fiagros, commodities agrícolas e investimentos: mapeamento científico por revisão bibliométrica e sistemática. **REMUNOM**, v.13, p.1-37, 2026. DOI: <https://doi.org/10.66104/bhhy0n24>.
- SILVEIRA, S. **Agro & Clima: políticas de mitigação e instrumentos econômicos para a agropecuária brasileira**. São Paulo: Dialética, 2026. DOI: <https://doi.org/10.48021/978-65-270-9327-5>.